

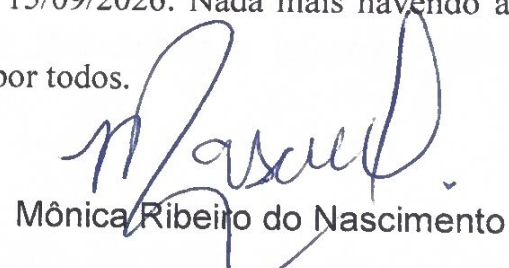


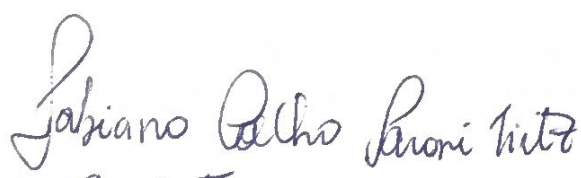
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – IPASA – agosto de 2026

Ata da oitava reunião ordinária de 2026 do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência de Anchieta, realizada às dez horas do dia treze de agosto de dois mil e vinte e seis, na Sala de Reuniões do IPASA, localizado a Rua Nancy Ramos Rosa, nº 190. Aberta a reunião foi feita a chamada das conselheiras: Rosa Aparecida Farias, Patrícia Hoffman e Mônica Ribeiro do Nascimento, com a participação do Diretor presidente do IPASA, Dirceu Porto de Mattos e da suplente Fabiana Coelho Faroni Tietz; Passando à ordem do dia, foram colocados em discussão os relatórios contábeis enviados ao Conselho pela Diretora de Contabilidade do IPASA, sendo: Anexos do balancete de julho de 2026, Relatórios das receitas e despesas do mês de julho, bem como o relatório de repasse da competência de junho referente ao aporte financeiro do Fundo em Repartição Simples. A membro e contadora Mônica Ribeiro fez análise de tais relatórios e elaborou um parecer, anexo, o qual foi apresentado, discutido e aprovado por todos. Foram apresentados os relatórios da carteira de investimentos referentes aos meses de junho e julho, conforme registrado na Ata do mês anterior. Foi elaborado o parecer de nº 03/2026, anexo, o qual foi apresentado, discutido e aprovado. O Diretor Presidente aproveitou a oportunidade para agradecer ao Conselho pela participação na Audiência pública do IPASA, que ocorreu no dia 30 de julho às 9h no Plenário da Câmara Municipal de Anchieta, que contou com a presença dos Colegiados, munícipes, servidores e representantes de instituições financeiras, onde foram apresentadas as ações e resultados dos últimos 05 anos (de 2021 a 2025). A Audiência ficou registrada no Portal da Câmara e disponível também no Portal do IPASA, com fotos e vídeo. Ficou marcada a próxima reunião, conforme calendário publicado no Portal do IPASA, para o dia 15/09/2026. Nada mais havendo a discutir, finalizou-se a reunião e lavrou-se a Ata, a qual foi lida e assinada por todos.


Rosa Aparecida Farias
Presidente


Patrícia Hoffman
Secretária


Mônica Ribeiro do Nascimento
membro


Suplente



**IPASA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE ANCHIETA - ES**

CNPJ: 02.399.408/0001-03

**PARECER Nº 003/2026 – CONSELHO FISCAL - CF
SOBRE ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO IPASA**

Mês de Referência: JULHO/2026

O Conselho Fiscal do IPASA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, emite o presente parecer de acompanhamento mensal da carteira de investimentos, com base no Relatório Mensal de Investimentos e demais documentos disponibilizados pela unidade gestora, pertinentes ao mês de Julho de 2026.

1. Documentos analisados

O presente parecer foi elaborado com base no Relatório Mensal de Investimentos, composição em 31/07/2026, e na Política de Investimentos vigente para 2026.

2. Enquadramento e composição da carteira

Conforme documentos analisados, a carteira de investimentos passou, a partir de fevereiro de 2026, a submeter-se à Resolução CMN nº 5.272/2025, que revogou a Resolução CMN nº 4.963/2021 e introduziu nova classificação dos ativos, bem como novos parâmetros prudenciais vinculados ao nível de aderência ao Pró-Gestão RPPS.

Patrimônio da Carteira, na posição de 31/07/2026: **R\$ 304.372.900,00 (trezentos e quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil, novecentos reais).**

Registra-se, ainda, que há observações de desenquadramento de alguns ativos no relatório, porém, estão dentro do prazo de transição previstos na Resolução CMN nº 5272/2025. Ressalta-se que o IPASA já aderiu ao Programa Pró-Gestão e recentemente contratou uma Assessoria com a finalidade de obter a certificação Nível II até o final do exercício corrente.

Nos termos da orientação oficial expedida pelo Ministério da Previdência, a adequação dos investimentos existentes à nova Resolução pode ocorrer em até **dois anos**, ou em prazo superior quando o vencimento do ativo assim exigir, não havendo exigência de desinvestimento imediato. Além disso, os quadros comparativos oficiais indicam que as classes de **BDR** e de **Investimentos no Exterior** passaram a ter acesso condicionado a níveis superiores de aderência ao Pró-Gestão.

3. Indicadores e verificações relevantes

Item analisado	Constatações (JUL/2026)
Enquadramento e aderência à PI	A carteira encontra-se aderente à Política de Investimentos 2026 e já refletida sob a nova classificação da Resolução CMN nº 5.272/2025. Todavia, registra-se a existência de situações passivas de readequação normativa decorrentes da transição regulatória, as quais deverão ser acompanhadas pela Unidade Gestora e pelo Comitê de Investimentos até o integral reenquadramento.
Rentabilidade x meta atuarial (mês)	Rentabilidade da carteira no mês: 1,11%. Meta atuarial estimada do mês: 0,51%. No acumulado de 2026, a carteira apresenta rentabilidade de 8,13%, frente à meta atuarial acumulada de 6,67%, o que representa desempenho de 0,19% acima do indexador no exercício.
Liquidez	De 0 a 30 dias: R\$ 226.348.079,11 (74,37%); Acima de 2 anos: R\$ 72.616.536,36 (23,86%); 1 a 2 anos: R\$ 5.408.198,67 (1,78%).
Composição por artigos (síntese)	Art. 7º (Renda Fixa): 93,59% (R\$ 284.859.684,43); Art. 8º, I (Renda Variável): 6,41% (R\$ 19.513.129,71).

4. Conclusão

Diante do exposto e no âmbito da análise documental realizada, o Conselho Fiscal opina **FAVORAVELMENTE** pela aprovação do Relatório Mensal de Investimentos referente a Junho de 2026, submetendo-o à apreciação do Conselho Previdenciário.

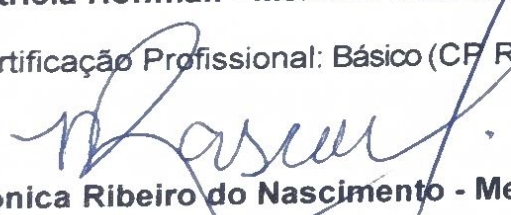
Anchieta/ES, 13 de agosto de 2026.


Rosa Aparecida Farias - Presidente do Conselho Fiscal

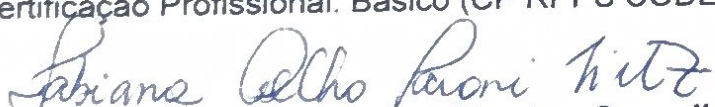
Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CODEF I) v. 02/01/2030


Patricia Hoffman - Membro Conselheira Titular

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CODEF I) v. 29/12/2029


Mônica Ribeiro do Nascimento - Membro Conselheiro Titular

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CODEF I) v. 30/12/2029


Fabiana Coelho Faroni Tietz - Membro Conselheiro Suplente

Certificação Profissional: Básico (CP RPPS CODEF I) v. 05/01/2030

ANÁLISE GERENCIAL DOS FUNDOS DO IPASA

Período: Janeiro a Julho de 2026

Análise para o Conselho Fiscal

1. FUNDO FINANCEIRO

O Fundo Financeiro, estruturado sob o regime de repartição, permanece dependente dos aportes do Município para cobertura da insuficiência financeira e pagamento dos benefícios previdenciários.

Receitas orçamentárias acumuladas: R\$ 4.387.105,73

Despesas orçamentárias acumuladas: R\$ 19.258.266,25

As despesas encontram-se integralmente empenhadas, liquidadas e pagas, não havendo saldo de despesa a liquidar ou a pagar ao encerramento de julho.

Diferença entre receitas orçamentárias e despesas: R\$ 14.871.160,52

Essa diferença evidencia a insuficiência das receitas orçamentárias próprias para cobertura dos benefícios, característica do Fundo Financeiro.

Aportes para cobertura da insuficiência financeira: R\$ 18.451.838,09 acumulados até julho, sendo R\$ 2.217.860,70 recebidos no mês.

Ativo total: R\$ 5.658.964,52

Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 5.117.358,95

Créditos previdenciários a receber: R\$ 541.605,57

Conclusão: O Fundo Financeiro mantém disponibilidade financeira para cumprimento das obrigações de curto prazo, porém permanece estruturalmente dependente dos aportes do Município. O principal ponto de acompanhamento pelo Conselho Fiscal deve continuar sendo a regularidade e suficiência dos aportes para cobertura da insuficiência financeira.

2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

O Fundo Previdenciário, estruturado sob o regime de capitalização, apresenta situação financeira favorável e elevado volume de recursos destinados à formação das reservas previdenciárias.

Receitas orçamentárias acumuladas: R\$ 8.796.556,60

Despesas orçamentárias acumuladas: R\$ 1.323.973,30

As despesas encontram-se integralmente executadas, sem saldo a liquidar ou a pagar ao final de julho.

Ativo total em 31/07/2026: R\$ 299.328.458,11

Créditos previdenciários a receber: R\$ 1.307.005,65

Investimentos e aplicações temporárias de curto prazo: R\$ 180.743.437,81

Investimentos e aplicações temporárias de longo prazo: R\$ 111.294.169,05

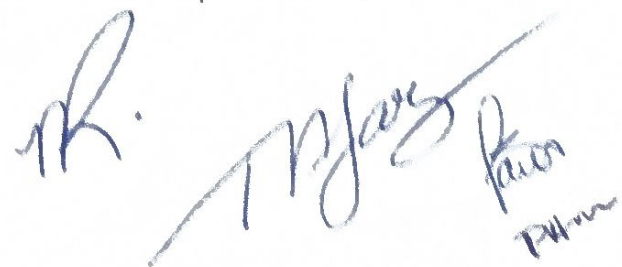
O valor do ativo total não representa apenas caixa, mas o conjunto dos ativos registrados no Fundo Previdenciário.

Remuneração das aplicações financeiras acumulada até julho: R\$ 24.259.909,99

Remuneração das aplicações financeiras no mês de julho: R\$ 3.243.681,86

Esses valores correspondem a variações patrimoniais aumentativas financeiras e devem ser analisados separadamente da receita orçamentária.

Conclusão: O Fundo Previdenciário apresenta posição financeira favorável, com ativo total de R\$ 299,33 milhões, baixa despesa previdenciária em relação às receitas correntes e expressivo volume de



investimentos. O principal ponto de acompanhamento deve ser o desempenho da carteira em comparação com a meta atuarial, além da diversificação, segurança e enquadramento das aplicações.

3. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração apresenta situação financeira equilibrada e disponibilidade suficiente para manutenção das atividades administrativas do Instituto.

Dotação orçamentária: R\$ 2.100.000,00

Despesas empenhadas: R\$ 1.053.604,32

Saldo de crédito disponível: R\$ 1.046.395,68

Empenhado a liquidar: R\$ 209.253,34

Liquidado a pagar: R\$ 31.028,21

A execução empenhada corresponde a aproximadamente 50,17% da dotação anual.

Ativo total: R\$ 1.312.338,75

Ativo circulante: R\$ 1.261.723,11

Caixa e equivalentes de caixa: R\$ 1.234.002,73

Remuneração das aplicações financeiras acumulada até julho: R\$ 75.174,22

Remuneração das aplicações financeiras no mês de julho: R\$ 14.036,30

Conclusão: A Taxa de Administração apresenta boa disponibilidade financeira e execução orçamentária compatível com o período, sem indicação, nos demonstrativos analisados, de comprometimento da capacidade de pagamento das despesas administrativas.

4. CONCLUSÃO GERAL

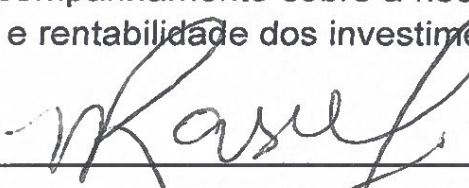
Os demonstrativos referentes a julho de 2026 evidenciam situações distintas entre os fundos.

O Fundo Financeiro permanece como principal ponto de atenção. As receitas orçamentárias acumuladas totalizaram R\$ 4.387.105,73, enquanto as despesas alcançaram R\$ 19.258.266,25, exigindo aportes do Município para cobertura da insuficiência financeira. Esses aportes atingiram R\$ 18.451.838,09 até julho.

O Fundo Previdenciário apresenta situação financeira favorável, encerrando julho com ativo total de R\$ 299.328.458,11. As despesas previdenciárias acumuladas, de R\$ 1.323.973,30, permanecem reduzidas em relação às receitas orçamentárias de R\$ 8.796.556,60, enquanto as aplicações financeiras registraram remuneração acumulada de R\$ 24.259.909,99.

A Taxa de Administração mantém situação equilibrada, com R\$ 1.053.604,32 empenhados de uma dotação de R\$ 2.100.000,00, correspondendo a aproximadamente 50% do orçamento anual, além de R\$ 1.234.002,73 em caixa e equivalentes de caixa.

De forma geral, os demonstrativos não evidenciam problemas de liquidez imediata. Recomenda-se ao Conselho Fiscal manter especial acompanhamento sobre a necessidade de aportes do Fundo Financeiro e sobre o desempenho, segurança e rentabilidade dos investimentos do Fundo Previdenciário.



Conselho Fiscal - IPASA


Patricia Sclafman